

Parque Eólico
Ventos da Bahia I
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.374	78.363
Aplicações Financeiras	5	11.849.563	11.137.430
Contas a receber de clientes	6	8.571.946	-
Adiantamentos diversos		8.787	8.297
Despesas antecipadas	7	249.690	181.329
Depósitos Judiciais		3.679	-
Tributos a recuperar	8	52.022	29.033
		20.849.062	11.434.452
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	75.692	110.942
Depósitos judiciais		-	1.764
Imobilizado	9	165.340.207	78.891.364
		165.415.899	79.004.070
Total do ativo		186.264.960	90.438.522
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher	10	349.982	210.716
Contas a pagar	11	857.799	205.347
Contas a pagar - parte relacionadas	12	2.759.512	8.285.289
Empréstimos e financiamentos	13	5.021.923	-
Empréstimos - parte relacionada	12	20.863.794	-
Provisão para IRPJ e CSLL corrente	19	1.728.241	-
Provisão para IRPJ e CSLL diferido	19	136.199	-
		31.717.450	8.738.457
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	110.002.717	37.545.855
Provisão para contingências		1.764	1.764
		110.004.481	37.547.619
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	46.611.434	42.001.854
Reserva de legal	14	3.906	3.906
Dividendos adicionais propostos	14	-	37.105
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	-	2.109.580
Prejuízos Acumulados	14	(2.072.311)	-
		44.543.029	44.152.445
Total do passivo e patrimônio líquido		186.264.960	90.438.522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeira

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receitas e custos operacionais			
Receita líquida de vendas	15	9.167.579	-
Custo das vendas	16	<u>(3.825.277)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>5.342.302</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	17	<u>(1.354.632)</u>	<u>(134.190)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos		3.987.670	(134.190)
Despesas financeiras	18	(4.636.774)	(5.424)
Receitas financeiras	18	<u>538.495</u>	<u>217.731</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>(4.098.279)</u>	<u>212.307</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(110.609)</u>	<u>78.117</u>
IR e CS correntes	19	(1.825.503)	-
IR e CS diferidos	19	<u>(136.199)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		<u>(2.072.311)</u>	<u>78.117</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Demonstração do resultado abrangente	2018	2017
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(2.072.311)	78.117
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício:	(2.072.311)	78.117

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Reservas de Lucros					
	Capital social	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiant. para aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.880.819	-	-	(48.507)	-	14.832.312
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	2.109.580	2.109.580
.Aumento de capital - transações de capital	27.482.429	-	-	-	-	27.482.429
. Redução de capital	(312.887)	-	-	-	-	(312.887)
. Absorção de prejuízo	(48.507)	-	-	48.507	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	78.117	-	78.117
Destinação do lucro:						
. Reserva legal	-	3.906	-	(3.906)	-	-
. Dividendos a pagar	-	-	-	(37.105)	-	(37.105)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	37.105	(37.105)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.001.854	3.906	37.105	-	2.109.580	44.152.445
Dividendos pagos referentes ano anterior	-	-	(37.105)	-	-	(37.105)
Aumento de capital	2.109.580	-	-	-	(2.109.580)	-
Subscrição de capital	2.500.000	-	-	-	-	2.500.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.072.311)	-	(2.072.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	46.611.434	3.906	-	(2.072.311)	-	44.543.029

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(2.072.311)	78.117
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
. Depreciação	2.012.750	45.121
. Provisão de juros - BNDES	8.131.363	913.787
. Provisão de juros - parte relacionada	953.456	207.531
. Provisão de IOF s/ empréstimos com parte relacionada	195.338	58.894
. Provisão para contingências	-	1.764
. Reestruturação societária em 31 de maio de 2017	-	(361.394)
. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	1.825.503	-
. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.199	-
	11.182.298	943.820
Variações dos Ativos e Passivos operacionais:		
. Aplicações financeiras	(712.133)	(11.137.430)
. Contas a receber de clientes	(8.571.946)	-
. Adiantamentos	(490)	(8.297)
. Despesas antecipadas	(33.110)	(292.271)
. Tributos a recuperar	(22.989)	(29.033)
. Depósitos judiciais	(1.915)	(1.764)
. Tributos a recolher	139.266	205.318
. Contas a pagar	652.452	192.712
. Contas a pagar - parte relacionada	(5.525.777)	7.909.091
	(14.076.642)	(3.161.674)
Gerado pelas operações:		
Juros pagos de empréstimos - parte relacionada	-	(207.531)
IOF pagos de empréstimos - parte relacionada	-	(58.894)
IRPJ e CSLL pagos no exercício	(97.263)	-
	(2.991.607)	(2.484.279)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais	(2.991.607)	(2.484.279)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
. Aquisição de imobilizado	(88.461.593)	(64.863.836)
	(88.461.593)	(64.863.838)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
. Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	2.500.000	20.732.073
. Adiantamento para aumento de capital	-	2.109.580
. Transações de capital	-	48.507
. Recursos provenientes de empréstimos - parte relacionada	19.715.000	8.698.950
. Pagamento de empréstimos - parte relacionada	-	(1.948.594)
. Recursos provenientes de empréstimos	70.551.983	37.681.980
. Custos de transação de empréstios	(1.204.561)	(1.049.911)
. Dividendos pagos no ano	(74.211)	-
	91.488.211	66.272.585
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	91.488.211	66.272.585
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	35.011	(1.075.532)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	78.363	1.153.895
No final do exercício	113.374	78.363
	35.011	(1.075.532)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

1.1 Contexto operacional

O Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A ("Parque Eólico Ventos da Bahia I" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, sediada no município de Mulungu de Morro, estado da Bahia, Fazenda Monte Santo, Estrada vicinal que liga a BA-427 à BA-432, sem número, Zona Rural, constituída em 28 de dezembro de 2015.

A Sociedade tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar a central eólica "Ventos da Bahia I", parte do projeto de nome Ventos da Bahia Fase 2, cuja capacidade instalada total é de 116,6MW. Através do consórcio VDB F2, a Sociedade foi uma das vencedoras do oitavo Leilão de Energia de Reserva de 2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. O projeto prevê a produção e comercialização de energia elétrica no estado da Bahia. Em 11 de setembro de 2018 a sociedade entrou em operação.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.2 Das autorizações

O Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. terá uma potência instalada de 28,6 MW e possui contrato firmado no mercado regulado (Ambiente de Contratação Regulada - ACR) para venda da energia produzida (PPA), por 20 anos, no montante de 13,1 MWm ao preço inicial (em 2015) de R\$ 203,96/MWh. A Sociedade tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Eólico.

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pela Sociedade. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016, a Sociedade assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas. O início das obras para construção do parque ocorreu no primeiro semestre de 2017 e foi concluída em 11 de setembro de 2018, início da operação comercial do parque.

Ressalta-se que, apesar da entrada em operação acima mencionada, a Sociedade ainda apresenta capital circulante negativo relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Por conta da necessidade de caixa, a Sociedade realiou transações de financiamento ao longo de 2018. Importante citar ainda que os investidores da Sociedade garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

Apresentamos abaixo as principais características:

- (a) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- (b) Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (c) Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.13.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Sociedade.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos mútuos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 27 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.4 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.7 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.8 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.9 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. *Receita de geração de energia*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

A contabilização da energia produzida ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, ocorre o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

b. *Receita de geração de energia em fase de teste*

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. *Receita de juros*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.10 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação fiscal para o lucro presumido em 2018, o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2018.

3.11 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018:

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) ***Classificação dos ativos e passivos financeiros***

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, quando contratados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Conforme mencionado, a Sociedade não identificou impactos representativos que trouxessem alteração na apresentação dos instrumentos financeiros:

Conta	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Valor Contábil CPC 38	Novo Valor Contábil CPC 48
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	78.363	78.363
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	<u>11.137.430</u>	<u>11.137.430</u>
Total de ativos financeiros			11.215.793	11.215.793
Passivos financeiros				
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	205.347	205.347
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	8.285.289	8.285.289
Empréstimos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	<u>37.545.855</u>	<u>37.545.855</u>
Total de passivos financeiros			46.036.491	46.036.491

A Sociedade optou por não apresentar a reconciliação dos valores entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 em função de não ter identificados impactos relevantes, inclusive na avaliação do modelo de perdas esperadas, uma vez que entende que a regulação efetuada pelos órgãos de mercado mantém o equilíbrio econômico do negócio.

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, e entrou em vigor em janeiro de 2018 em substituição ao CPC 17 - “Contratos de Construção” e ao CPC 30 - “Receitas”, como demais interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração do valor e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Sociedade tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A adoção as alterações introduzidas pela nova norma não trouxe impactos para a Sociedade em relação à época para o reconhecimento da receita, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A Administração ressalta que, considerando a natureza de suas operações de venda, na qual as obrigações de desempenho são transparentes e objetivas e a transferência do controle dos bens é realizada mediante a responsabilidade que é transferida ao comprador, já adotava a prática de reconhecer as vendas de forma que a receita representasse o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

De acordo com os requerimentos da norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventos de contraprestação variável, tais como descontos eventuais, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho ou ainda penalidades aplicáveis que, de acordo com a norma, devem ser classificados como contraprestação variável. A Administração do Grupo avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado é sobre as penalidades aplicadas por baixa geração de energia, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº 15 - Receita Operacional Cabe destacar que apesar da mudança acima descrita, não identificamos impactos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em função de a Sociedade não ter incorrido em nenhuma penalidade.

3.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, a Sociedade não espera que tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras e ainda continua avaliando os potenciais impactos, se existirem, referentes a adoção do CPC 06 (R2).

(i) CPC 06 (R2) Arrendamentos

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Sociedade não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	113.374	78.363
Total	113.374	78.363

5 Aplicação Financeira

	2018	2017
Aplicações Financeiras	11.849.563	11.137.430
	11.849.563	11.137.430

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,26% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

6 Contas a Receber

	2018	2017
COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELETRICA LTDA	8.571.946	-
Total	8.571.946	-

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Além disso, não há histórico ou expectativas futuras de perdas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas incorridas) e avaliação de perdas de crédito esperadas.

7 Despesas antecipadas

	2018	2017
Administrativas - seguros	325.382	292.271
Total	325.382	292.271
Curto prazo	249.690	181.329
Longo Prazo	75.692	110.942

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos Operacionais e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 06/09/2018 à 06/03/2020.

Coberturas	Importâncias seguradas
Lucro Cessante	R\$ 113.449.000
Danos materiais	R\$ 725.775.000

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Corporais e Danos materiais, causados a terceiros, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 30/06/2018 à 30/06/2019.

Coberturas	Importâncias seguradas
Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$ 6.523.065
Danos materiais Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$1.304.613

8 Tributos a recuperar

	2018	2017
Tributos Federais	52.022	29.033
Total	52.022	29.033

Os créditos fiscaís acima referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados em 2017. Eles constituirão saldo negativo da Sociedade e serão acrescidos da taxa de juros SELIC e poderão ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9 Imobilizado

	2018					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Torres anemométricas	4%	180.483	74.437.059	89.249.385	(2.012.750)	161.854.177
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)		51.607.194	-	(48.121.165)	-	3.486.029
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	1.200.402	5.133.402	(6.333.804)	-	-
Instalações em construção (iii)	-	25.903.285	8.891.132	(34.794.417)	-	-
Total		78.891.364	88.461.593	-	(2.012.750)	165.340.207
Custo		78.936.485				167.398.078
Depreciação acumulada		(45.121)				(2.057.871)
Imobilizado líquido		78.891.364				165.340.207

	2017			
	Saldo em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Torres anemométricas	-	225.604	(45.121)	180.483
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	13.248.687	38.358.507	-	51.607.194
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	1.200.402	-	1.200.402
Instalações em construção (iii)	823.961	25.079.324	-	25.903.285
Total	14.072.648	64.863.837	(45.121)	78.891.364
Custo				78.936.485
(-) Depreciação acumulada				(45.121)
Imobilizado líquido				78.891.364

- (i) Os principais adiantamentos efetuados a fornecedores até 31 de dezembro de 2018, destinados às obras do Parque Eólico denominado Ventos da Bahia I, montaram total de R\$ 3.486.029 (R\$ 51.607.194 em 2017) discriminados conforme apresentado abaixo:

Adiantamentos para aquisição de imobilizado	2018	2017
Seta Engenharia S.A.	85.341	390.423
ABB Ltda.	3.308.858	2.778.499
Seta Construções S.A.	91.830	275.657
Vestas do Brasil Energia Eólica LTDA	-	48.162.615
Total	3.486.029	51.607.194

Os adiantamentos foram integralmente transferidos para rubrica de Torres anemométricas quando do momento da entrada em operação da Sociedade. As torres representam efetivamente o ativo qualificável responsável pela geração de energia eólica da Sociedade.

- (ii) O montante de R\$ 5.133.402 demonstrado em capitalizações financeiras, é composto de juros e IOF , baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20 e foi transferido para Torres anemométricas, em vista da entrada em operação do Parque .
- (iii) Refere-se aos custos capitalizados durante a fase de desenvolvimento e construção do complexo para geração de energia eólica, os quais a Sociedade entende que trarão benefícios econômicos futuros e que são necessários para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Ao término da construção terá início a depreciação conforme a vida útil estimada e taxas utilizadas baseadas na legislação vigente.

10 Tributos a recolher

	2018	2017
Tributos Federais	347.231	99.721
Tributos Estaduais	1.419	2.841
Tributos Municipais	1.332	108.155
Total	349.982	210.716
Tributos Federais		
PIS s/ faturamento	29.636	659
PIS diferido	28.743	-
COFINS s/ faturamento	136.780	4.052
COFINS diferida	132.661	-
Tributos retidos	19.411	95.010
Total	347.231	99.721

Os tributos acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

11 Contas a pagar

	2018	2017
CALCARIO RIO PRETO LTDA	-	92.975
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	6.612	-
COTESA ENGENHARIA LTDA	15.402	-
G E A COMERCIO DE DERIVADOS D PETROLEO	-	15.071
INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS	-	11.077
MESSTECHNIK COMERCIO E INSTRUMENTACOES	26.016	-
PAPYRUS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	27.374	50.157
SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGU	91.999	-
SETA ENGENHARIA	393.428	-
VOTORANTIM CIMENTOS	-	35.492
VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA	256.998	-
DIVERSOS	39.970	575
	857.799	205.347

12 Transações com partes relacionadas

12.1 Contas a pagar

	2018	2017
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	1.641.327	4.428.926
EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	1.118.185	3.856.363
Total	2.759.512	8.285.289

- (a) Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado o contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF do Brasil”), as Sociedades da fase 2 (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII). Referente ao repasse dos custos necessários para desenvolvimento e construção do parque eólico. O rateio de despesas é proporcional à capacidade eólica de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil.

O percentual de participação no consórcio da Sociedade é 24,53%

(i) **Consórcio interconexões**

Em 3 de agosto de 2016, foi constituído o Consórcio VDB F2 Interconexões, com duração de 25 anos, tendo como objetivo o desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica, do complexo eólico Ventos da Bahia 2. O consórcio é composto pelas SPEs Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX (esta eleita, líder do consórcio, pelas outras consorciadas) e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII.

O montante de R\$ 1.641.326 é saldo remanescente a pagar dos custos atribuídos a Sociedade a ser pago a Líder.

12.2 Contrato de mútuo

Em 2018, a VDB F2 Geração de Energia S.A. concedeu mútuo para a Sociedade, com objetivo de obtenção de capital de giro, no qual possui saldo atualizado pelo IOF com bases mensais e com juros a taxa de 1% ao ano. A expectativa de liquidação do contrato, conforme instrumento celebrado entre as partes, é para o exercício de 2019. A movimentação segue apresentada abaixo:

Entidade	Saldo Inicial 31/12/2017	Captações (principal)	Juros	IOF	31/12/2018
VDB F2 Geração de Enerdia S.A..	-	19.715.000	953.456	195.338	20.863.794
-	-	19.715.000	953.456	195.338	20.863.794

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2018.

13 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
Principal BNDES FINEN	R\$	TJLP+2,48 %	9,04%	2019 a 2035	108.233.963	37.681.980
Juros					9.045.150	913.787
Custos de captação					(2.254.472)	(1.049.912)
					115.024.640	37.545.855
				Passivo Circulante	5.021.923	-
				Passivo Não Circulante	110.002.717	37.545.855
					115.024.640	37.545.855

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos, a saber:

	2018	2017
Saldo Inicial	37.545.855	37.681.980
Juros e Encargos	8.131.363	913.787
Liberação de Empréstimo	70.551.983	-
Custos	(1.204.561)	(1.049.912)
Saldo Final	115.024.640	37.545.855
Passivo Circulante	5.021.923	-
Passivo Não Circulante	110.002.717	37.545.855

Em 31 de julho de 2017, a Sociedade assinou contrato de financiamento, mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 121.000.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2018 em um montante total de R\$ 108.233.963 (R\$ 37.691.980 em 2017).

O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 2.254.472 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.131.363 (R\$ 913.787 em 2017). Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa efetiva do empréstimo de 8,48% a.a.

O objetivo desta captação é a implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o termino do período de carência, em 15 de julho de 2018. O valor do principal será amortizado em 195 prestações mensais, com início em 15 de abril de 2019 até 16 de abril de 2035.

Garantias

Esse financiamento conta com garantia corporativa, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios.

Covenants

A partir de 2020, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do Contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

14 Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 46.611.434 (R\$ 42.001.854 em 2017), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 46.611.434 (42.001.854 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital Social	2018	2017
VDB F2 GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	<u>46.611.434</u>	<u>42.001.854</u>
Total	<u>46.611.434</u>	<u>42.001.854</u>

Em 17 de setembro de 2018, foi aprovado pela Diretoria, através de Ata de Assembléia Extraordinária, a integralização do adiantamento para futuro aumento de capital social da Sociedade em R\$ 2.109.580 (dois milhões cento e nove mil quinhentos e oitenta), mediante emissão de 2.2109.580 (dois milhões cento e nove mil quinhentos e oitenta) novas ações representativas do Capital Social da Sociedade todas nominativas e sem valor nominal, ao prelo de R\$1,00 (um real) cada.

Em 19 de dezembro de 2018, foi aprovado pela Diretoria, através de Ata de Assembléia Extraordinária, o aumento e integralização do capital social da Sociedade em R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil), mediante emissão de 2.500.000 (duas milhões e quinhentas mil) novas ações representativas do Capital Social da Sociedade todas nominativas e sem valor nominal, ao prelo de R\$1,00 (um real) cada.

Resultado do exercício

A Sociedade registrou prejuízo no montante de R\$ 2.072.311 em 31 de dezembro de 2018 (Lucro líquido de R\$ 78.117 em 31 de dezembro de 2017).

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social.

14.3 Dividendos a pagar

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	2018	2017
Dividendos a Pagar		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(2.072.311)	78.117
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	-
Base para a constituição de reserva legal	(2.072.311)	78.117
(-) Constituição de reserva legal	-	(3.906)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	-	74.211
Dividendos a pagar	-	37.105
Dividendos adicionais propostos	-	37.105

14.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. O valor está demonstrado no item 14.3.

14.5 Adiantamento para futuro aumento de capital

	2018	2017
VDB F2 Geração de Energia S.A.	-	2.109.580
Total	-	2.109.580

15 Receita de Vendas

	2018	2017
Receita de vendas		
Geração de energia		
Receita de vendas	9.514.872	-
Receita bruta	9.514.872	-
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(61.847)	-
COFINS	(285.446)	-
Total das deduções da receita bruta	(347.293)	-
Total da receita líquida	9.167.579	-

16 Custos por natureza

	2018	2017
Custos operacionais		
Arrendamentos operacionais	(46.318)	-
Outros custos	(117.745)	-
	<u>(164.063)</u>	<u>-</u>
Impostos e taxas		
TUSD	(506.401)	-
	<u>(506.401)</u>	<u>-</u>
Serviços prestados		
Serviços de Manutenção	(671.199)	-
Serviços de Engenharia	(230.808)	-
Serviços Ambientais	(235.401)	-
Outros Serviços	(4.655)	-
	<u>(1.142.063)</u>	<u>-</u>
Depreciação		
Custo com depreciação	(2.012.750)	-
	<u>(2.012.750)</u>	<u>-</u>
Total dos custos de vendas	<u>(3.825.277)</u>	<u>-</u>

17 Despesas administrativas e despesas e receitas operacionais por natureza

	2018	2017
Despesas administrativas		
Despesas Legais	(2.319)	(7.774)
Despesas com publicações	(23.664)	(18.259)
Depreciação	(109.793)	(26.320)
Contribuições a associações	(343)	-
Outros materiais de consumo	(8.684)	(1.803)
Material de Limpeza	(7.201)	-
	<u>(152.004)</u>	<u>(54.156)</u>
Impostos e taxas		
ICMS	(3.404)	(537)
PIS sobre outras receitas	-	(1.415)
COFINS sobre outras receitas	-	(8.709)
Impostos Expatriados	(114)	-
Impostos e Contribuições	(516)	-
Multas Administrativas	(1.377)	-
	<u>(5.411)</u>	<u>(10.661)</u>
Rateio de despesas		
Salários	(339.368)	-
Previdência social	(200.328)	-
Honorários	(264.073)	-
Serviços prestados pelo exterior	(73.196)	-
Outros custos	(97.535)	-
	<u>(974.500)</u>	<u>-</u>
Despesas com serviços prestados		
Honorários de Contadores	(7.625)	(22.641)
Honorários de Consultores	(47.454)	(7.390)

	2018	2017
Honorários de Auditores	(16.510)	-
Honorários de Advogados	(41.335)	(38.385)
Serviços de telecomunicações	(109.793)	(592)
Outros Serviços	-	(365)
	(222.717)	(69.373)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(1.354.632)	(134.190)

18 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	320.008	217.731
Desconto	207	-
Juros - parte relacionada	123.528	-
Juros	94.752	-
	538.495	217.731
Despesas Financeiras		
Juros de empréstimos - parte relacionada	(953.456)	-
Juros de empréstimos	(6.977.258)	-
Despesas bancárias	(130.888)	(2.258)
Encargos sobre pagamento em atraso	(24.997)	(88)
Despesas com IOF	(241.024)	-
Custos com empréstimos	(10.667)	(3.078)
Outras despesas financeiras	(252.790)	-
Capitalização de resultado financeiro	3.954.306	-
	(4.636.774)	(5.424)
Resultado Financeiro líquido	(4.098.279)	212.307

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Contribuição Social	534.503	-
Imposto de Renda	1.329.937	-
Total	1.864.440	-
Impostos correntes	1.728.241	-
Impostos diferidos	136.199	-
<i>(i) Impostos Correntes</i>		
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Receitas de vendas	5.092.827	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	407.426	-
Base presumida para a CSLL (12%)	611.139	-
	320.008	-
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	-	-
Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas	218.487	-
Receita de descontos/Juros	4.439.867	-
Demais receitas e ganhos de capital	5.385.788	-
Base de cálculo do imposto de renda	5.589.501	-
Base de cálculo da contribuição social	-	-

	2018	2017
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	807.869	-
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	514.579	-
Alíquota da Contribuição Social - 9%	503.055	-
Total de Imposto de Renda Corrente	1.322.448	-
Total de Contribuição Social Corrente	503.055	-
Total dos tributos correntes	1.825.503	-
 <i>(ii) Impostos Diferidos</i>		
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Variacao do contas a receber	4.422.046	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	353.764	-
Base presumida para a CSLL (12%)	530.645	-
 Base de cálculo do imposto de renda	 353.764	 -
Base de cálculo da contribuição social	530.645	-
 Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	 53.065	 -
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	35.376	-
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	47.758	-
 Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	 88.441	 -
Total de Contribuição Social Diferida	47.758	-
Total de tributos diferidos	136.199	-

20 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros e sua administração instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	2018	2017
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	11.849.563	11.137.430
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	8.571.946	-
Passivos			
Contas a pagar	Outros passivos financeiros mensurados pelos custo amortizado	857.799	205.347
Contas a pagar - partes relacionadas	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	2.759.512	8.285.289
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros mensurados pelo valor justo	115.024.640	37.545.855
Contrato de mútuo - partes relacionadas	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	20.863.794	-
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	37.105

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

		2018	2017
	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	11.849.563	11.137.430
Aplicações financeiras Contas a receber de clientes	Custo amortizado	8.571.946	-

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

		2018	
		Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar		857.799	-
Contas a pagar com partes relacionadas		2.759.512	-
Empréstimos e financiamentos		5.021.923	110.002.717
Contratos de mútuo - parte relacionada		20.863.794	-
		29.503.028	110.002.717

	2017	
	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	205.347	-
Contas a pagar com partes relacionadas	8.285.289	-
Empréstimos e financiamentos	-	37.545.855
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-
	8.490.636	37.545.855

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2018, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no Banco Central, foi obtida a taxa TJLP, cuja taxa inicial para 2018 é de 7,3%, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2018	2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros						
BNDES FINEM	117.279.112	37.681.980	TJLP	12.441.084	14.126.838	15.583.120

21 Compromissos assumidos

A Sociedade possui contratos assinados para recebimento de equipamentos cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	VDB I
2019	Total (R\$ Mil)	23.421
	Volume MWh	114.835
	Preço (R\$/MWh)	203
Após 2020	Total (R\$ Mil)	23.312

Ano	Contratos CCEAR	VDB I
2019	Total (R\$ Mil)	<u>23.421</u>
	Volume MWh	114.835
	Preço (R\$/MWh)	<u>203</u>
Após 2020	Total (R\$ Mil)	<u>23.312</u>

b. Compromissos assumidos com fornecedores

	2019
ABB LTDA	939
MESSTECHNICK	12
COELBA	60
SETA CONSTRUÇÕES S.A	774
SETA ENGENHARIA S.A.	<u>410</u>
Total (Mil)	<u>2.195</u>